

# Família como Grupo? Política como agrupamento? O Sertão de Pernambuco no mundo sem solidez

*Jorge Mattar Villela<sup>1</sup>*

*Universidade Federal de São Carlos*

RESUMO: Proponho neste artigo discorrer sobre um problema muito pontual: o modo como, num município do Sertão de Pernambuco, certos coletivos fazem e desfazem família, fazem e desfazem agrupamentos políticos. Tentei ainda inspecionar o modo como um determinado número extenso de pessoas é capaz de mobilizar certos conceitos, emoções, memórias e objetos para si mesmas e para os outros, visando fazer família e fazer política.

PALAVRAS-CHAVE: política, eleições, família, nepotismo, Pernambuco, Sertão.

## I. Introdução

Proponho neste artigo discorrer sobre um problema muito pontual: o modo como, num município do Sertão de Pernambuco, certos coletivos fazem e desfazem família, fazem e desfazem agrupamentos políticos. Tema pontual, com desdobramentos muito amplos, entre os quais encontra-se o do Nepotismo. Evocador também de múltiplas entradas teóricas que envolvem as discussões presentes numa literatura acerca da família e do parentesco, sobretudo aquela que se ocupou das relações

política-família. Pretendi expor a associação entre política eleitoral (conseqüentemente, as formações de grupos partidários no sentido amplo desta expressão) e a produção de família por meio do arsenal conceitual disponível para os interessados em ambos os processos. Tentei ainda inspecionar o modo como um determinado número extenso de pessoas é capaz de mobilizar certos conceitos, emoções, memórias e objetos para si mesmas e para os outros, visando fazer alguma coisa: fazer família e fazer política.

A esse respeito vale dizer que todas as discussões teóricas e os dados etnográficos decorrentes não comportam uma intenção comparatista e não obedecem ao princípio das áreas culturais. Eles visam antes evocações (Tyler *apud* Strathern, 1991, p. 7 ss.), ou seja, a capacidade de etnografias ressoarem umas nas outras a despeito das circunstâncias geográficas ou culturais em que se localizem ou que as envolva. Portanto, referências a Fiji, a Creta, aos ameríndios, aos africanos, não são comparações. Elas são, antes, meios de promover diálogos em zonas cegas, provocar conversas (em línguas desconhecidas) de dados etnográficos exóticos uns aos outros, de modo a permitir que se olhe o problema das relações familiares e das relações políticas existentes entre nós desvinculados dos seus pressupostos universais, decorrentes de duzentos anos de biologia e de democracia representativa. Mas podem também decorrer de discussões em torno a problemas de abordagem teórica (mas recorrente ao etnográfico) concernentes às relações entre política e família; como é o caso, por exemplo, de Bourdieu, de seus objetos empíricos privilegiados e dos que partilham da vasta inspiração de sua obra.

Os dados exóticos ao meu ambiente de pesquisa devem-se ainda a uma outra questão, para além da procura de ferramentas conceituais distantes: por que admitimos que, por exemplo, os Tenetehara fazem família, que os Zumbagwa e os malaios de Langkawi formam parentes por fluxo de substância e por contágio, mas consideramos que a nossa

família é biológica e que deve ser para a política (para a democracia representativa) um elemento moralmente impermeável e aparece-lhe no horizonte como um poluente, por um lado, como um instrumento discursivo, por outro, para efetivar relações provenientes de outras regiões sociais? Mesmo quando sabemos que isso nunca acontece em parte alguma. Mesmo quando desde há tempos se fala em metáforas do parentesco para o Estado-nação (como o fez Herzfeld, 1992, p. 28-34), e quando essas metáforas são levadas tão a sério a ponto de milhares porerem em risco as suas vidas em seus nomes, conforme lembrou Carsten (2004, p. 162). Não fazemos família, considera-se. Apenas aproveitamos retoricamente um objeto natural ou a usamos em ambientes não pertencentes a ela de direito, para ajudar os parentes. Por conseguinte, tanto numa quanto noutra situação, a família entre nós é entendida como um dado, por certo biológico (ainda que essa palavra assumam mesmo entre nós uma boa variedade de sentidos), que em determinadas situações é conspurcada pelas práticas poluentes da política, da economia, da violência.

Os dados de campo concernentes ao meu caso específico de pesquisa são provenientes de duas modalidades de aquisição: uma delas decorrente de permanências minhas, intermitentes por certo, desde há dez anos numa região que recobre três municípios do que é genericamente considerado Sertão de Pernambuco chamado por Marques (e.g. 2002) – e adotado por mim (e.g. 2006) – de Monte Verde, Monsanto e Jordânia. Os dois primeiros situam-se propriamente na mesorregião do Sertão e na microrregião do Vale do Pajeú, centro do estado. O terceiro localiza-se na mesorregião do São Francisco, microrregião de Itaparica, centro-sul, portanto, do estado. Meus conhecimentos acerca destes lugares circunscrevem-se majoritariamente ao que tange ao urbano, embora uma divisão rural/urbano naquelas localidades seja delicada e sutil (tema que não abordarei aqui).

Os três municípios, em que pese a pouca distância que os separa, diferem muito entre si, para além das dessemelhanças evidentes de dimensões, populações, colégios eleitorais, produção econômica, clima, vegetação, arrecadação etc. Essas diferenças comentei-as em outros lugares (e.g. Villela, 2008). Para a diferença relevante neste artigo, é suficiente mencionar outra fonte de dados, mais específica: três visitas a campo, com duração de 40 dias cada, durante o que se chama localmente de “época da política”. Por outras palavras, o período, certamente flutuante e de marcação imprecisa, durante o qual fala-se e vive-se intensamente o problema da escolha de candidatos para cargos eletivos. Nas três visitas (2000, 2004, 2008), estive em campo nos trinta dias que antecederam e nos dez que sucederam as eleições municipais. Minhas descrições, portanto, recorrem a estes três períodos, imersas numa experiência de dez anos de campo que me permitiu isolar Jordânia como um caso especial para discutir os problemas que aqui se colocam: a impossibilidade de se falar, relaxadamente, de nepotismo; a fabricação da família como atualização de uma semi-existência (virtualidade) familiar; a participação da política para a atualização dos vínculos familiares semi-existent (virtuais). Dentre todos os municípios, Jordânia é dos que mais cola (ou ao menos o que o faz mais explicitamente, com mais sinceridade) a política partidária à fabricação da família.<sup>2</sup>

Perguntar-se-á com justiça se em meu campo de pesquisa a produção, a circulação e o consumo, o que se poderia chamar de economia, também não fazem família. Apenas os votos, os partidos, as eleições, o que poderia ser chamado de política ou as vinganças, os tribunais, as acusações, ou o que poderia ser chamado de violência, fazem família? Os arranjos concernentes às confrarias, às irmandades, às preferências deste ou daquele credo, as diversas relações de compadrio, ou o que se costuma chamar de religião, não fazem, enfim, família? Certamente, sim. Porém, este artigo pretende mostrar alguns modos de se fazer fa-

mília e política no sertão de Pernambuco. Não mais, não menos, do que isso.

Finalmente, uma palavra de elucidação acerca do que chamo de “os colaboradores locais de pesquisa” que me permitiram refletir parcialmente acerca deste problema. Quando me refiro livremente que as “pessoas”, as “populações”, os “coletivos” do sertão fazem ou pensam tal ou qual coisa, talvez não seja indispensável lembrar que não falo de todos os habitantes do Vale do Pajeú, de Itaparica ou de quaisquer dos municípios isoladamente ou em conjunto; e tampouco de todos os momentos da vida de quem quer que seja. Refiro-me a certas pessoas que têm a política como foco (embora não sejam necessariamente políticos profissionais, e nem sequer ocupantes de cargos públicos, de confiança ou por concurso), que padecem da sua ação e que agem sobre ela. Falo dos que, em alguns momentos (mais longos ou mais breves e são desses momentos que este texto trata), participam da política, sendo esta participação muito diversa (candidatura, trabalho partidário ou eleitoral, cargo público, dependência ou usufruto dos recursos públicos, ajuda recebida por algum candidato, memória familiar que se prende de algum modo a um passado político etc.). Eles ou elas, normalmente, e nos momentos de interveniência, costumam ligar, sobretudo em Jordânia, política e família, tornando-as indissociáveis a tal ponto que se pode falar numa co-produção de uma na outra e vice-versa.

### **I.1. Breve resumo do Argumento**

A política no Sertão de Pernambuco aparece como um amálgama de diversos aspectos: memória, violência, família, território. Este trabalho pretende mostrar que, a rigor, eles mais que interferem na política, sendo, em certo nível, um produto seu, assim como seus produtores.

Nos municípios do sertão de Pernambuco onde faço pesquisa de campo desde 1999, muito embora a família não seja um *a priori*, ela é, paradoxalmente, um dos elementos fundamentais para seus habitantes. Elemento fundamental, precisa ser fabricada, embora compreendida, simultaneamente, como elemento dado. São práticas discursivas que elaboram cuidadosamente a tecitura de uma trama complicada e frágil, sujeita a rompimentos temporários, aberta a costuras, alvo de permanente cuidado e de uma política atenta. *Família*<sup>3</sup> deve ser alvo de ocupação e atenção de todos e de cada um que pretende fazer parte de um agrupamento deste tipo, para todo aquele que pretende fazer de seu agrupamento uma teia extensa e de cada fio uma região de intensidade. Precisamente porque não existe, no Vale, família como dado. Por outras palavras, embora os sertanejos como os norte-americanos considerem que os laços de família baseados no sangue não são extinguíveis ou modificáveis (cf. Schneider, 1980, p. 24), é sabido, ao mesmo tempo, que eles podem ser desfeitos.

## II. Os problemas

Em ciências sociais, filosofia e história parte-se não raro de um princípio, oculto em certos casos: existem universais como o Estado, talvez a matriz ou a fundação de toda idéia de universal, e algumas derivações de totalização e unificação que se apresentam de modo variado, sempre sob a forma de um centro de poder.<sup>4</sup> Ademais, posicionamos o Estado (entendido a partir deste ponto neste trabalho como um rearranjo específico das relações de forças) ou um centro de poder similar, ou ainda outro universal, como a chave de inteligibilidade de todos os fenômenos sob análise.

No caso dos estudos acerca das relações de poder, ao menos se levadas a sério as análises de Michel Foucault, o estabelecimento de um centro, de um motor imóvel ou de uma realidade transcendente como meio e fonte de compreensão dos fenômenos políticos, no que toca à modernidade ocidental, remonta à Idade Média e percorre os tempos até hoje, sob a forma de uma teoria jurídico-política que teria como protagonista a figura do soberano e como ponto de partida a interdição, a lei. Assim, tanto na Europa quanto nas Américas, toda a reflexão acerca da política, até pouco mais de trinta anos foi feita em torno da e submetida à figura de um centro de poder político para onde confluíam todas as obediências e desde onde emanavam todos os poderes. Figura do soberano, fantasma da centralidade, contraparte sólida para a política do que o dado biológico é para a família. Teoria jurídico-política, por certo, mas igualmente filosófico/religiosa: teoria neoplatônica, plotiniana, das relações de poder, cuja imagem formulada é a de um centro desde onde emana um poder que perde intensidade e eficácia na medida em que ruma para suas franjas. Toda a interpretação do pensamento político responsável pela idéia de isolamento, da ausência de Estado e de “Estado paralelo” é devedora deste ponto de vista que depende, decerto, da criação de um núcleo sólido, seja ele sob a forma de um líder, de um chefe, de um patrão, de um coronel, de um senhor, de um aparelho, de um modelo estatal.

Tudo se complica para os antropólogos, defronte que estão de formações cujo pensamento dispensa (ou não se elaborou sob) as mesmas matrizes filosóficas. Criaturas híbridas, forjados entre a episteme que nos formou e a fonte de nossa própria sedução, os antropólogos escolhemos às vezes o conforto de casa, mesmo assumindo o risco de nos levantarmos da poltrona e depois sairmos da varanda. Se, como já se mencionou (Palmeira & Goldman, 1992, p. 3) a antropologia social britânica

pôde efetuar desde a década de 1940 um deslizamento em relação a esse ponto de vista, ou seja, se foi capaz de conceber a existência de sistemas políticos na ausência do Estado, curvando a perspectiva estatal aos dados provenientes da experiência de campo na África, não muitas vezes aventurou-se a pensar o poder desde o exterior da perspectiva jurídico-política. Costumou-se tratar os fenômenos políticos das sociedades exóticas e o das próprias sociedades dos pesquisadores, tanto sob o ponto de vista do Estado, quanto sob o ponto de vista da interdição. Mesmo quando deslindaram os mistérios de sociedades que podiam regular-se a si mesmas sem um Estado central, os antropólogos obrigaram-se a colocar em seu lugar alguma outra coisa, um outro sólido, capaz de cumprir as suas funções. Por muito tempo, as exceções foram raras e honrosas.<sup>5</sup>

Encarcerada no interior da perspectiva estatal, a teoria política brasileira recorreu, desde a Primeira República, à figura do coronel e, posteriormente, desde há sessenta anos, ao conceito de coronelismo.<sup>6</sup> Quer dizer, uma variante local da noção de patronagem, da idéia de centralidade do poder, de um centro sólido emissor ou retransmissor de meios de poder. Esta formação política, a despeito das variações de sua descrição e das tentativas de definição e síntese formuladas ao longo das décadas, teria sido capaz de conjurar em seu nome, em nome dos seus laços de parentesco, do seu clã (a faceta do sangue correlativa à solidez do centro político), para lembrar Oliveira Vianna (1987), toda uma massa amorfa de seguidores e um conjunto ilimitado de recursos. Na teoria política brasileira, desde há várias décadas até hoje, a família, sob o nome de clã patriarcal, família patriarcal, nepotismo ou seja lá o apelido que se lhe empreste quando se lhe quer atribuir capacidade criadora de poder político, esteve no centro das discussões.<sup>7</sup> Ela foi tratada tanto como grade de inteligibilidade, quanto como agente exógeno, infiltrado, ilegítimo, que se deve expulsar deste domínio.



Em outro lugar (Villela, 2005), discuti longamente o problema da figura do coronel e da noção de coronelismo tomando como objeto empírico o sertão de Pernambuco durante a Primeira República e em nosso tempo. Clarão que torna apenas vaga a silhueta de uma multidão de agentes cuja força e heterogeneidade uma conjugação visa interromper ou canalizar, a figura do coronel e a noção de coronelismo obstruíram durante algum tempo análises fecundas no campo da política no Brasil, assim como a família patriarcal bloqueou a compreensão da heterogeneidade e diversidade da formação das famílias brasileiras. Observou-se (Fortunato, 2000), a figura do coronel é apenas uma tensão, um efeito de superfície, um “dispositivo”, uma construção “imagético-discursiva”, “um símbolo ou simulacro do poder” (*ibid.*, pp. 5 e 9) que pode ter triunfado aqui e ali e ter sido desmanchado em outros momentos, em outros lugares, em outros níveis da existência. Tal simulacro foi considerado com freqüência em estado de promiscuidade com a família.

A menos no que toca a meu caso de pesquisa, o mundo da política não é nem mais e nem menos povoado de corpos sólidos do que o do parentesco. Há, se assim me posso expressar e para usar um conceito da física das partículas, forças-fortes que solidificam aqui e acolá as formações sem solidez. Embora esta análise seja extensível a diversas regiões brasileiras, para diversos níveis da política e para a etnografia da política de outros países, o que será exposto a seguir são os modos como, em alguns municípios do sertão de Pernambuco, sobretudo Jordânia, a família é objeto de fabricação, de solidificações impermanentes, do mesmo modo como o é a política. Mais do que isso, que a política é um dos elementos através do qual se faz, desfaz-se e se mantém família.

O tema e, até certo ponto, a abordagem deste artigo não são novos.<sup>8</sup> Por certo, desde há 25 anos a produção antropológica acerca da família

no Brasil não apenas proliferou em número, mas ampliou-se em qualidade e sofisticação de um modo que seria inútil e injusto citar algum que outro exemplo e deixar tantos outros na exclusão. Não obstante, na conjunção do campo da família propriamente dita com o da política, especificamente da política eleitoral, ou seja, no campo da democracia representativa, os trabalhos foram menos prolíficos. Mas valerá enfatizar que este texto, tema e abordagem não seriam possíveis sem a inspiração de diversos trabalhos produzidos ao longo de aproximadamente 15 anos no âmbito no NuAP.<sup>9</sup>

A constituição da política envolta nos ideais da democracia representativa nos acostumou a compreendê-la como um conjunto de teorias e de práticas idealmente puras – uma espécie de ideal que jamais se realiza em parte alguma, como diria Veyne (1984) da democracia grega – desgarradas das coletividades em que estavam, ou estão, embebidas. Assim, sempre que nos deparamos com aspectos classificados como não políticos (inclusive a Ciência, para lembrar as purificações modernas que apenas fazem proliferar os híbridos que acabamos por escamotear ou ignorar, para lembrar a já célebre tese de Latour, 2000) somos forçados a denunciá-los como espécies de poluições ou a entendê-las como campos. Uma delas, a intromissão da família na política, recebe o nome corriqueiro de nepotismo. Conforme já apontaram alguns cientistas sociais (e.g. Herzfeld, 1992; Kuper, 1982; Fabian, 1983; Carrier, 1995; Donzelot, 1986 e Nathan, 2001, muito recentemente, Jullian, 2008a e 2008b), desde pontos de vista bastante distintos e com objetivos muito diferentes cada um deles, o ocidente moderno tentou livrar-se da agência das coletividades familiares em suas outras zonas de atividade, como, por exemplo, a política. Tentou, com êxito, se aderirmos às teses de Donzelot (*ibid.*, p. 47 e passim), desenraizar a família de suas conexões coletivas, acompanhando a fabricação do indivíduo moderno. Esforçou-se, enfim, para reduzir sua ação política a um grau próximo de

zero, assim como minimizar a ação política dos indivíduos, agentes políticos intermitentes nas democracias modernas, circunscrevendo-a à região em que podia atuar a Razão, este grande soberano na Idade Moderna. Produziu uma ideologia segundo a qual supõe-se mais liberdade na medida em que somos capazes de desatar os laços que nos ligam aos demais (Nathan, 2001, p. 52).

Se é verdade que diversos antropólogos brasileiros, como Marques (2002), Heredia (1996), Palmeira (1992, 1996), Comerford (2003), por exemplo, assumiram a positividade da participação da família na política, o problema que pretendo tratar aqui é o da condição de dado ou de sujeito de contornos, qualidades e funções pré-definidas desse agente.

## II.1. A política, a família, os antropólogos

No caso da política eleitoral, a família aparece, na generalidade dos estudos, como um campo subterrâneo (nos dois sentidos da palavra: porque é escondido, em virtude da disjunção que o ocidente moderno criou entre os dois domínios; porque é base e fundamento, na junção ilegítima de um divórcio institucionalmente exigido) que garante a formação de grupos políticos. Mesmo em autores contemporâneos ou posteriores às críticas de Schneider (1972, 1984) aos estudos parentesco, como Abélès (2001, 2002), a inserção de muitos dos agentes políticos, mas também a explicação de seu êxito, na disputa por cargos eletivos da democracia representativa é dada pela família. Parece ter-lhe passado ao largo a reflexão acerca da consangüinização (bem sintetizada por Carsten, 2004, pp. 136-162). É Abélès quem sugere a noção de “político-herdeiro”: num certo sentido (o outro é apenas metafórico) o político que obtém sua legitimação como candidato junto ao eleitorado por ser filho ou membro de uma família. A possibilidade de a política pro-

vocar herança é tratada separadamente, como uma transmissão de outra natureza, não propriamente familiar. Nenhum traço de política como fabricante de parentesco. Ainda quando, como em Briquet (1997), constata-se o aspecto em rede da família, retorna-se a ela como substrato. Mas é sempre possível que se considere também o pertencimento como produtor do grupo e não o grupo como gerador da pertença. Isso, Briquet e outros são capazes de observar. Mas em geral esta afirmação não é levada a efeito na análise, pois se considera também que os “membros de um mesmo grupo de parentesco devem partilhar as mesmas ligações partidárias” (*ibid.*, p. 46), assim como o partido é entendido por Briquet como “conglomerados de famílias aparentadas entre elas” (*ibid.*, p. 44).

Diferente dessa abordagem é a de Herzfeld, ao falar das relações entre parentesco e política em Creta. Segundo sua análise (Herzfeld, 1985, pp. 92-105), a tradição e a agnação podem ou não ser acionadas politicamente segundo a modulação dos argumentos políticos. Em Creta, existe uma “poética da interação social em ato” (*ibid.*, p. 94) que permite que o passado, ou seja, o parentesco agnático, para este caso, funcione como uma espécie de recurso escasso em disputa política de modo que o agnatismo seja o alvo constante da sobrecodificação política (*ibid.*, pp. 95 e 98). O parentesco é dado contingencialmente, por meio de recursos retóricos, que possibilitam a labilidade das relações de família que, portanto, não são um dado: devem ser fabricadas ou podem ser desmanchadas. Tudo isso é franqueado pelo ponto de vista segmentar do parentesco agnático que permite fazer família pela segmentação política (*ibid.*, p. 103).

Os antropólogos seguidores de Bourdieu consideraram a formação dos laços de parentesco decorrentes das exigências políticas e econômicas. Não custa lembrar que Bourdieu levou a efeito a tentativa de desessentializar as relações familiares. A argumentação bourdiana (Bourdieu,

1963; 1972) da lógica prática *versus* a lógica estrutural no caso do célebre casamento árabe com a *bint el'amm*, a prima paralela patrilateral, girava em torno das estratégias que permitiram ver em cada casamento deste tipo um efeito de funções externas às estruturas do parentesco. Por outras palavras, seu interessa girava em torno à fabricação das relações de parentesco e conseqüente uso delas, mas também de seu uso e da fabricação decorrente. O parentesco, como se sabe, aparece em seus trabalhos como portador de um sentido prático ou, ainda melhor, de um sentido do jogo. Retornarei a esse ponto do parentesco em Bourdieu para mostrar as diferenças da sua argumentação para aquela decorrente do que meu trabalho de campo me forneceu. Pois, à luz de meus dados de pesquisa, o esforço de Bourdieu corre o risco de redundar numa compreensão da família como quimera ou disfarce de outras relações sociais, além de sustentar uma posição “instrumentalista do parentesco” que “tende a ignorar as qualidades emocionais com as quais as relações de parentesco estão imbuídas”, para retomar o argumento de Carsten (2004, p. 24). Parece-me, e reconheço que minha elaboração aqui é muito esquemática, a substituição da família como essência pela essencialização da prática, da utilidade e do interesse.

Com alguma frequência esqueceu-se, contudo (embora esse não seja propriamente o caso de Bourdieu), de mostrar como a política, entre outros elementos, é capaz de compor e de decompor a família. Esqueceu-se, de forma contumaz, de mostrar que a família é vetor de política e produto da política. Persistiu em certos casos a idéia insidiosa de uma família natural (em transformação, por certo, mas natural) cujos laços estariam dados à partida, sem necessidade de fabricação e manutenção. Desde uma abordagem bastante mais ampla, Ingold diz, com sentido crítico: “o sangue é o material real que pulsa nas veias das pessoas e pensado como algo como o que flui de pais para filhos. Consangüinidade, ao contrário, é uma abstração – ao menos no contexto da teoria do pa-

rentesco” (Ingold, 2007, p. 111). Tratar-se-ia, seguindo Ingold, da insistência na concepção que separa substâncias reais, dadas, verdadeiras, de relações simbólicas, imaginárias, fabricadas. Insistência em dividir o mundo humano em mundo natural e mundo artificial, mundo natural e mundo cultural. Uma distinção semelhante é a que aparece nas definições de família e *household*, correlativa ao sangue e à contingüidade, respectivamente (Yanagisako, 1979, p. 162). Parentesco real e parentesco fictício, como se sabe, é uma divisão cômoda para um problema grave. Trata-se de imaginar um parentesco uno biológico e real que é representado diferentemente pela diversidade das culturas; de pensar a metáfora e o idioma do parentesco. O problema coloca-se quando os intervenientes consideram isso que chamamos metáforas e idiomas como realidades vivas (cf. Carsten, 2004, p. 162).<sup>10</sup>

### III. O sertão, a família, a política

Pois os resultados de minhas pesquisas de campo me fazem pensar que, se a família no Vale do Pajeú é um elemento central nos modos de ver, viver e avaliar o mundo e as ações de cada um, ela aparece como o resultado de uma montagem que tem diversos efeitos e outros tantos sintomas. Um mundo sem solidez na exigência de forças-fortes que o solidifiquem. Em primeiro lugar, *família* para as pessoas entre as quais efetuei meu trabalho, é plural e nunca uniforme. A polissemia do termo chega a ser irritante para alguém que, como eu, pretendia apreender-lhe o sentido nativo. *Família* é o sobrenome. Portanto, cabe aos genealogistas identificar as longas cadeias arborescentes que remontam ao século XVIII. As genealogias assim montadas fazem, no limite, que uma gorda fatia da população estabeleça com um concidadão algum grau de parentesco. Neste sentido, as relações de parentesco podem se espraiar para

todas as direções, já retomarei esse ponto. *Família* é a *linhagem*, que permite recortar a partir de um *tronco*, quer dizer, um fundador situado há algumas poucas gerações acima, um agrupamento que se reconheça como tal. *Família* é a *casa*: o conjunto que reúne os pais, a *irmandade*, ou seja, os *sibblings* e, no passado, alguns *moradores*, como “mães pretas” e seus filhos.<sup>11</sup> Cada um destes sentidos é fruto da atividade dos membros que reiteram a sua pertença cotidianamente ou assumem rupturas que desfazem o sentimento de pertença.

Qualquer família é aos pedaços. Pedaços atuais que aparecem como uma totalidade virtual nas reflexões ou nos escritos mnemônicos dos genealogistas, os especialistas das árvores. Eles são os responsáveis pela exposição de uma realidade contínua e, vez por outra, pré-formal da família. “É tudo parente” ou “é tudo braiado” são duas das fórmulas que bem revelam estas condições. Elas são repetidas sempre que se pretende conhecer o parentesco de alguém que *sabe* genealogia. A árvore genealógica, em sua realização plena, tende a tornar-se um *ápeiron* que abarca o que as ações cotidianas tendem a individuar e distinguir. Evans-Pritchard disse da genealogia dos Sanusi uma frase que ressoa na etnografia do sertão de Pernambuco: ela “é concebida como uma família gigantesca que descende de um ancestral comum de quem a tribo geralmente assume o nome” (Evans-Pritchard, 1973, p. 55). “Todos são nossos parentes” (Franklin, 2001, p. 312 e passim, acerca de Haraway, 1997). Anterior aos atos e às palavras vividas, a árvore em estado puro é um percurso de nomes hierarquicamente indistintos. Ela não contém interesse político e nem econômico. Sua condição virtual neutraliza a diferenciação. Não há cortes nem segmentos. Ela é contínua e indistinta. Não obedece aos cortes das alianças nem o dos sobrenomes. E, no entanto, a árvore genealógica não é uma quimera. Porque ela é a todo momento chamada para operar no cotidiano que a corta, recorta, segmenta, liga suas pontas. Em uma palavra, a fazer o contínuo virtual da

árvore atualizar-se. A árvore, nesse último sentido, não é apenas o “instrumento analítico usado pelos que estudam parentesco”. Ela é também “um instrumento usado pelos atores que operam, e não meramente observam, os sistemas de parentesco” (Barnes, 1967, p. 103), não sendo, ao mesmo tempo, uma quimera, nem muito menos o objeto exclusivamente calculista dos indivíduos. Não é, ainda, um agente “essencializador e purificador das relações de parentesco” útil à sua constituição como “campo da antropologia” (Bouquet, 2001, p. 98).

Aqui se pode retornar à diferença entre o que o trabalho de campo me apresentou e a forma como Bourdieu encara o peso da genealogia. No Vale, a genealogia não é apenas o parentesco oficial e imutável e que se distingue do uso e da vivência do parentesco. Ela não é também o plano artificialmente discursivo (dizer o parentesco) em função das exigências de um pesquisador ávido em arrancar dados de nativos que não se interessaram em dizê-la e muito menos em refletir sobre ela, em fazê-la funcionar em proveito de determinadas situações muito concretas e reais. Ela não é, por conseguinte, como também pretendeu o bourdiano Bensa (2003), um discurso de ocasião. E ela não é, enfim, somente o efeito da fabricação do interesse. No Vale a árvore opera, funciona, é arquivo, “estoque filiativo”<sup>12</sup> de onde são retiradas as estratégias e as táticas que fabricam a família. A genealogia é pesquisada, dita, escrita, publicada, digitalizada e disponibilizada para todos os que a quiserem conhecer.<sup>13</sup> No Vale há mestres da verdade genealógica.

Mas os genealogistas não são apenas estes, porque a *família* no Vale é um fenômeno segmentar. Termo que roubo da teoria antropológica, não é aquela apenas encontrada em sistemas de parentesco unilineares. Trata-se do modo como lá se pensa a família e o parentesco para formarem-se precisamente grupos familiares. Muitos signos, materiais, derivados da transmissão do patrimônio móvel e imóvel, mas também discursivos, nos relatos acerca da constituição do parentesco (termos como *tronco*,



*linhagem* etc.) explicitam esse modo de distribuir as pertenças no mundo.<sup>14</sup> Segmentar a família, segmentares os genealogistas. Há especialistas em sua própria *linhagem*. Pessoas que sabem *destrinchar* o seu parentesco. Quer dizer, recuperar no discurso, e por meio de uma certa mnemotécnica, o seu parentesco. Puxar os fios da genealogia até chegar a si mesmos e a seus próximos. Ou seja, “saber como é que sou parente” desta ou daquela pessoa. *Destrinchar* é o processo discursivo que retira da genealogia o seu aspecto *braiado*, quer dizer, misturado, embaralhado, indeterminado, indiferenciado. Pode-se fazer isso recuando no passado gerações suficientes apenas para atingir o seu ancestral mais célebre, para retirar de sua história pessoal, municipal, política, o *quantum* necessário para sua glorificação pessoal e de seus próximos. Segmenta-se o sobrenome por meio de uma determinada memória. Mas também, e não menos importante, por amor; por amor à memória de um ou de vários ancestrais.

A glorificação pode ser feita por meio da idéia de *sangue* ou pela idéia de território. Porque *família*, para as pessoas entre as quais faço pesquisa, costuma ser, segundo minha formulação, uma família-território. Uma face não pode ser compreendida sem o anverso que a complementa. Apenas uma e outra, juntas, valem como uma descrição do caráter e do tipo de pessoa com a qual falamos. Alguém é de tal sobrenome e este sobrenome é segmentado e simultaneamente complementado pelo território ao qual pertence. Por exemplo: um dos sobrenomes mais célebres nos municípios estudados em minha pesquisa é Santana. Mas Santana é apenas um dentre vários segmentos do contínuo arborescente. Ele é capaz de se segmentar quase indefinidamente. Um dos modos de segmentação é a ligação do sobrenome, filiação, portanto, ao território, como acontece no grupo a que sou mais próximo: os Santanas do Imbuzeiro. Eles são *braiados*, quer dizer, misturados, ligados na árvore genealógica, aos Santanas de Jordânia. Isso de um certo ponto de vista, que é

sempre segmentar, de um dado genealogista. Mas de outra perspectiva eles são os “Santanas puros” ou “da gema”, ou ainda um *tronco* dos Santanas (essa outra acepção da palavra *tronco*, de fundador geral de um dado sobrenome e não apenas o de uma *linhagem*) – os que estão na raiz mesmo da aparição da *família* Santana. Mas sofrem um processo de segmentação se se acrescenta ao sobrenome o território. Só a partir daí meus colaboradores locais de pesquisa são capazes de tecer comentários, fazer especulações, reflexões, avaliações e juízos acerca de uma pessoa ou de um grupo de pessoas. E sofrerá ainda um novo processo de segmentação se se acrescenta ao sobrenome e ao território o prenome de uma *linhagem*: Clemente. Clemente Santana, antigo chefe do Umbuzeiro deixou atrás de si uma *linhagem*, quer dizer, descendentes que se localizam no mundo por meio desta ascendência comum que já não é apenas Santana, que não é apenas Santana do Umbuzeiro. Que é tudo isso junto, acrescentado do prenome sobrenomizado (um patronímico, portanto): Clemente. Clemente é, doravante, suficiente para resumir e simplificar a acumulação de sobrenome e território.<sup>15</sup>

É a ligação, como às vezes se diz lá, da “força atávica” da filiação à residência que torna possível reconhecer alguém; que lhe confere, digamos, previsibilidade. Assim, por exemplo, um sítio pode ser considerado *violento*, subsumindo as pessoas que lá vivem ou nasceram e que, por sua vez, são todas aparentadas. Elas são do mesmo *sangue* e da mesma *raça*. Uma tal característica, chamada localmente de *fama* para os casos em que o *sangue* confere atributos *violentos* aos membros de uma determinada *raça*, é atribuída muitas vezes à ancestralidade, mas não pode ser dissociada do território. De modo que, se algum habitante deste sítio hipotético é insultado, sabe-se ou espera-se que se vingará. Isso porque ele é descendente de um coletivo agrupado pelo *sangue* e que habita um dado território.<sup>16</sup>

A ascendência, portanto, é um suporte de relações, ela é capaz de construir subjetividades: torna reconhecível, previsível, regular, desejável, condizente, o comportamento desta ou daquela pessoa. A ancestralidade, associada ao território, forma pessoas e indivíduos. Torna aceitáveis e exigidas certas performances. Faz reputação. Alguém é sempre fabricado como um composto daquilo que os olhos dos outros fazem dele. E os olhos dos outros o fazem segundo a sua genealogia e a segmentação que o cotidiano opera no contínuo da árvore. Uma segmentação que não é exclusivamente, mas necessariamente, territorial.

A árvore da genealogia, indistinto virtual, é, por certo, o celeiro ou o estoque de parentesco onde a política vai buscar seus pedaços de família e atualizar as suas alianças. Mas ela, dispensável dizer, também não é nenhum dado. Tem que ser fabricada pela memória oral ou escrita. É decerto uma superfície de inscrição, mas de forma alguma no sentido de um dado, de um *a priori*. Ela, como superfície de inscrição, deve ser antes de tudo fabricada. E esse processo é o fruto da ratificação e da fixação do trabalho dos memorialistas, dos historiadores locais e dos embates de suas versões arborescentes da ancestralidade que se mistura à história política e municipal dos lugares.

### III.1. Fazer Política e Família

Filiação, território e aliança: é nessa fronteira tríplice, apenas analítica e portanto não cotidiana, que se joga o jogo dos agrupamentos políticos e familiares. Poderíamos pensar, então: se é na *família* que a política seleciona seus quadros e forma seus partidos, seria também na *família*, como dado filiativo, que se produziria o dado colateral (em ambos os sentidos da palavra, tanto o da terminologia do parentesco quanto no de efeito,

de consequência) das alianças *políticas*.<sup>17</sup> E, no entanto, não é assim, parece-me, que as coisas se passam.

Em *política* e em *família*, uma palavra, ou sua ausência, podem bloquear solidariedades, desmontar alianças, promover outras. Em *política* e em *família*, no Vale, a expressão “a língua mata o corpo” não é usada apenas no sentido dietético. A *família*, não mais nem menos do que a *política*, padece de impermanência. Por exemplo, uma professora e seu marido, primos *legítimos*<sup>18</sup> (chamemo-los Carlos e Mara), sempre votaram num partido em Jordânia: aquele com quem se afinavam do ponto de vista do parentesco, embora ostentassem outro sobrenome e sua ascendência apenas tocasse vez por outra a história os ancestrais dos atuais candidatos que escolhiam.

Na verdade, e como sempre, as coisas são complicadas. Seu sobrenome foi central na história remota da política jordanense, mas passou a segundo plano e assim permaneceu ao longo de décadas. Há alguns anos, contudo, uma revitalização política do sobrenome tem sido reivindicada por algumas pessoas. Porque, vale sublinhar embora já evidente, em Jordânia a política se faz pela via da família. Poderia deduzir-se a pré-existência da família para que uma corrente, facção ou agrupamento político qualquer se forme. Mas não é assim que as coisas se passam. Vejamos, rapidamente, e como um parêntese do caso de Carlos e Mara, como elas se dão.

Uma *família* que tenha pretensões *políticas* (concorrer a cargos eletivos) precisa, em primeiro lugar, se constituir, formar grupo, atualizar-se como sobrenome. Em contraposição, qualquer agrupamento político precisa – ao menos até minha última estadia de campo em 2008, embora houvesse para alguns intervenientes da política uma sensação de mudança cujos desdobramentos ainda não eram capazes de elaborar claramente – criar-se a si mesmo como *família*. Mesmo um pretendente à *política* como atividade profissional precisa incluir-se num agrupamen-

to familiar com “tradição na política”. Ou então *família* é capaz de constituir-se em torno de um pretendente ou de formar com ele uma espécie de dupla captura, um funcionamento em que cada parte retire um naco de vantagens do seu parceiro e agregue ao bolo uma porção específica de ingredientes. Em ato, essas exigências não são formuladas sob um discurso voluntário. Muitas vezes elas não aparecem sequer proferidas de modo unívoco, porque se compõem de ações dispersas e a custo unificáveis – o que não quer dizer que elas superem, não ao menos necessariamente, a reflexão dos intervenientes. Vejamos, portanto, um exemplo evidente que acompanhei ao longo de alguns anos de uma tal constituição e vejamos de que expedientes este agrupamento, originário de um antigo distrito de Jordânia, lançou mão para, simultaneamente, alçar-se na condição de sobrenome e na condição de pretendente político. Chamemo-los Arnaldos.

Os expedientes são diversos, mas os Arnaldos foram capazes de acionar apenas alguns que, aparentemente, foram suficientes: emergência de um indivíduo com chances reais de candidatura e eleição; constituição de uma genealogia, quer dizer, de um conhecimento acerca de um grupo que, por vias deste mesmo conhecimento, recebia a sua individualização.<sup>19</sup> A constituição de uma genealogia exige, por certo, capacidade de pesquisá-la, de escrevê-la. Era preciso, portanto, que houvesse pessoas letradas na família. Entre os Arnaldos, elas começaram a aparecer na geração que agora ao cabo da primeira década deste século entra na terceira ou na quarta década de vida. Essas pessoas criaram um jornal anual da família que divulga novidades a respeito dos seus membros. Elas publicam também as notícias acerca da festa que a família realiza todos os anos para celebrar-se a si mesma, parece-me (embora nunca tenha tido a oportunidade de estar em campo nestas ocasiões). Ela produziu para si uma genealogia publicada num dos números deste jornal e afixada por um de seus membros numa das paredes de seu local de trabalho.

Mas em Jordânia a genealogia é montada não apenas no escrito e no oral. É montada também por imagens visuais. Em muitas das casas de um dos sobrenomes, os cantos da sala principal são dedicados à exposição das fotos de ancestrais em cuja *linhagem* cada casal se inclui. Neste caso que aqui tento descrever, um dos lados pertence à esposa, uma Santana, cuja *família* tem uma longa tradição na política e cuja genealogia foi solidificada pelos diversos livros publicados por memorialistas locais desde há décadas. No outro canto estão as fotos da *família* do marido. Fotos cuja existência remonta a um passado muito mais recente, porque, enfim, a tentativa de fabricação da família e sua história remontam a uma origem mais humilde e de possibilidades menores de pagar um fotógrafo na época em que este expediente era necessário para “tirar retratos”. Os Arnaldos precisam das fotos dispostas no canto da sala, em confronto com as outras, da esposa Santana. As raras reticências desta última em relação ao esforço da família de quem é parente afim e que admira, é fruto de uma convivência que simultaneamente avaliza os Arnaldos, pelos laços colaterais que ela mesma teceu pelo casamento com eles, a almejam uma condição de “família tradicional” e que serve de modelo, ao menos, para a exposição das fotografias dos ancestrais. Mas serve ainda como suporte propriamente político-partidário para o candidato Arnaldo postular seu almejado cargo.

Esse desejo de genealogia deveu-se, entre outras razões, à constatação de que sob esse sobrenome se podia congregiar uma quantidade significativa de pessoas e de grupos. Era preciso, então, uma demonstração do seu número elevado, mas também do afeto que fazia deles uma “família unida”, uma das qualidades mais reverenciadas quando se fala, no Vale do Pajeú, de família. Daí a criação de um evento, uma festa que congregasse todos aqueles que, de alguma forma, entrassem na classe dos parentes – por sangue, por afinidade, por simpatia, por compadrio. Por-

que o número e a união são essenciais para formar uma “família forte”; mas também para a *política*, essa técnica de montar coleções de votos.

Finalmente, marcação final e vista com irrisão pelos membros das famílias cuja *tradição* fora montada há mais tempo, era preciso criar para o sobrenome um brasão. O brasão talvez seja entre todos o alvo preferido da derrisão dos genealogistas consagrados, alguns deles com passagens pelos estudos da História, seja como estudantes universitários, seja como estudantes diletantes. O brasão é o contrario do número e da *fama*: uma família é grande ou é pequena; é forte ou é fraca; é *frouxa* ou é *valente*; é *brava* ou é *mansa*. Assim se considera ali. É quase um dado natural. Não há muito a se fazer a esse respeito. Sua força reside no seu número que, por sua vez, é construído por tantos outros critérios que podem ser sintetizados pela *união*. No outro extremo, sustentam alguns, o brasão parece uma aberração, uma invenção sem sentido e sem eficácia, tanto quando é aproveitado de um sobrenome que “realmente tem um brasão”, quanto quando é inventado na hora, agregando ao acaso diversos elementos no interior de um conjunto. No primeiro caso, os brasonados tentam, parece-me, atrair para si uma ascendência nobre, por mais distante que ela lhes pareça. No segundo, trata-se antes de um emblema cuja força é a do contorno e que funciona como um conjunto no interior do qual habitam todos os elementos da *família*; é semelhante ao escudo que se inventa para uma equipe esportiva cosido em lugar considerado inadequado: a família; lá onde não é permitida (posto que é um dado) nenhuma invenção. Em todos os dois casos, o brasão assume para muitas pessoas do lugar o aspecto de uma falsificação.

A construção do parentesco, o agrupamento, é, assim, uma espécie de conjuração de forças absolutamente heterogêneas em torno de dois grandes eixos: a *política* e a *família*, sob o aglutinador da memória, como reforço da convivência; essa curiosa memória do dia-a-dia, essa memória-contracção dos coletivos humanos.

Posto isso, voltemos ao caso de Carlos e Mara. A reivindicação *política* de sua *família*, por um lado, é alimentada pela refacção do passado de liderança e, por outro, pela insatisfação destas pessoas pelo modo como vêm sendo tratadas pelos agrupamentos políticos que disputam efetivamente os cargos eletivos do município e pelas feições que a longa disputa entre Santanas e Gouveias imprimiu na política do município. Ao contrário do exemplo acima, o seu sobrenome precisa de construção, mas que esta última receba o sentido de re-construção, re-ativação de uma força pré-existente ou adormecida. Quer dizer, mais uma vez, a família não é propriamente uma base pré-existente para a reivindicação política. Mas tampouco é uma quimera ou um idioma que legitima forças que se mascaram para lutar pelo poder. Talvez o nosso caso, por se situar bem no centro deste problema, possa elucidar melhor e ao mesmo tempo servir de exemplo.

Tratava-se de um casal, portanto. Carlos é genealogista, Mara é professora (uma espécie de marcador que a credenciaria para a candidatura política, segundo seu próprio entendimento do processo eleitoral). Para ambos, o tratamento que recebiam de seus aliados um dia resultou insatisfatório: “a sorte é que Carlos sabe genealogia. Porque toda vez que a gente ia falar com ele tinha que explicar cinco gerações pra trás”. “Ele”, neste caso, era um dos chefes da família/partido em quem votava o nosso casal. Este partido/família, expressão que cunhei aqui, mas que em Jordânia recebe o nome de *política* (assim, “a política dos Santana”, um dos agrupamentos que disputa a liderança do município, se opõe à “política dos Gouveia”) é o agrupamento que a *família*, no sentido de sobrenome, do nosso casal acompanha nas eleições e em que os dois votaram em vários pleitos. E isso, é claro, era justificado pela ancestralidade comum dos dois sobrenomes, o do casal e os políticos da *família* Gouveia. Mas também por um hábito: as *famílias* dele e dela, agora no sentido de *casas*, sempre votaram nos Gouveias.



Um dia, porém, encontraram um dos líderes dos Santanas (Adalberto, para nós), seus adversários até então. Para a sua surpresa, foram recebidos com entusiasmo, chamados pelos nomes sem necessidade de *aide-mémoire* genealógico. Foram lembrados que seu avô (Carlos e Mara, sendo primos, tinham os mesmos avós paternos) ajudou o avô de Adalberto a construir o hospital municipal. Por meio deste diálogo, das cordialidades, da etiqueta, *das atenções* que circularam pelas bocas dos interlocutores, foram ativadas, em torno desse pequeno fragmento de memória esquecido, solidariedades antigas, alguns casamentos entre as duas famílias foram lembrados. O parentesco foi ativado, a família foi fabricada. Mas não apenas em torno de um mero idioma, porque o estoque filiativo, a cadeia contínua e não individuada da árvore genealógica, garantia a veracidade das relações e dos enunciados para a concepção local de *família* e de parentesco, além de oferecer-se como superfície de inscrição, simultaneamente considerada dado e fabricação. Mara, na seqüência, foi convidada e aceita como candidata a vereadora na coligação que elegeu este mesmo líder prefeito de Jordânia no mandato 2004-2008.

Nada disso, por outro lado, implica a ausência de cálculo político-eleitoral por parte de Adalberto. Havia sempre a conversa de que Mara era uma candidata *laranja*, ou seja, daquelas que é inscrita e cuja candidatura é aceita para engordar os números da legenda, com o objetivo de ampliar as vagas abertas para um partido ou para uma coligação no total de assentos na Câmara dos Vereadores, e criar mais uma candidatura feminina, dado que a legislação prevê um percentual mínimo de mulheres em cada partido ou coligação. Mas tampouco Mara deixara de calcular, ao aceitar a candidatura com o pensamento nas vantagens que poderia tirar dela. Não se trata de negar a existência de cálculos. Mas de rejeitar a sua primazia e determinação, ao menos para o meu caso específico de pesquisa. E porque o cálculo não serve para fabricar família.

Ele não seria capaz de fazê-lo, sem ser uma falsificação, não fosse a existência de um estoque de parentesco existente na árvore genealógica, nas longas cadeias indistintas de filiação.

Porque a totalidade da árvore virtual baseia-se no parentesco cognático, por conseguinte, nas leis do Estado nacional. Onde, é permitido garatujar nessa superfície de inscrição uma infinidade de agrupamentos. Os filhos são descendentes e portadores dos sobrenomes dos pais e das mães. Cada casal, cada casa, os filhos de cada uma, associam-se aos agrupamentos políticos que mais lhe convierem segundo suas necessidades, os seus destinos, sua convivência, a cotidianidade que produz contágio. É bem verdade, conforme foi elaborado mais detidamente noutros lugares (Marques, 2002; Villela, 2004 e Villela & Marques, 2006), as escolhas dos sobrenomes dos descendentes obedecem a vários quesitos, estão submetidas a uma diversidade importante de critérios. A rigor, sequer se pode falar de escolhas. Falar-se-á, como Palmeira (1992) disse a respeito do modo como os eleitores oferecem seus votos nas eleições, de “adesões”. Porque, assim como entendo este termo, cada agrupamento familiar, cada *casa*, cada linhagem, são arrastados para este e para aquele sobrenome ou para cada segmento seu, por um universo inteiro de motivações que são econômicas, afetivas, políticas, guerreiras,<sup>20</sup> simultaneamente ou em diferido. A rigor, também, atualmente não mais se omite, como se fazia antes, alguns sobrenomes dos nomes dos filhos. Todos aparecem, embora nem todos sejam atualizados. Quer dizer, nem todos valem como signos de pertença e muitas pessoas, embora tenham sobrenomes nas certidões de nascimento e de batismo, “se assinam”, apenas com um dos sobrenomes que compõem os seus nomes. Os próprios Mara e Carlos, numa conversa que tivemos em recente permanência em campo, queixavam-se magoados dos sobrinhos que não assinam o sobrenome, que eles dois ostentam com orgulho histórico, em proveito de um dos dois atualmente em voga no município de

Jordânia. Alguns amigos que tiveram filhos ou netos recentemente frutos de casamentos de duas *famílias* diferentes, no sentido do sobrenome, costumam discutir a qual delas pertencerão os pequenos. Pude ver a preocupação de avós, mas também de primos, com a permanência destes novatos da vida familiar nas casas dos pais de um dos cônjuges: “eu não deixava não”, dizia uma prima lamentando-se no seio de sua impotência, uma vez que seria ingerência palpitar nos negócios internos de uma *casa*, “a menina ficar tanto tempo na casa da avó [materna, um outro sobrenome, de resto, antagonista do da avó paterna]. Deixe mesmo, pra ver o que acontece...”. Num outro dos tantos diálogos que pude presenciar a esse respeito, um casal de jovens discutia, primeiro em tom de brincadeira, mas depois seriamente, e finalmente com alguma aspereza, se seu bebê seria membro dos Ipês ou de seria de Aparecida, sendo que ambos os nomes diziam respeito a territórios. Um deles uma fazenda e o outro, uma vila. Ambos os nomes correspondiam a pertenças familiares.

#### IV. Algumas reflexões finais e um último exemplo

No Vale, portanto, tal como Irvine (1978) e Peters (1978) notaram entre os Wolof e para os beduínos, respectivamente, família é tempo, território, política e história. Em meu caso de pesquisa, todos os quatro aspectos são relevantes para a constituição de uma história política municipal. É um composto, um efeito, e não um *a priori*. É, não custa repetir, concebido como dado, mas vivido como fabricação. Mas, sempre convém assinalar, ele só pode ser vivido como fabricação porque é concebido como dado e não como uma falsificação, uma ilusão, ideologia, um idioma, uma metáfora. É curioso notar como a multiplicação das histórias municipais no sertão corresponde à intensificação e ampliação

dos conhecimentos genealógicos. Desde há alguns anos, como já foi dito, é possível frequentar na internet um sítio de genealogia pernambucana com instrumentos de busca que permitem ao usuário localizar com apenas dois cliques os diversos graus de parentesco existentes entre duas pessoas. Portanto, o parentesco virtual também é digital, *on line*. O que se pode fazer com ele, é uma coisa que talvez se possa aprender com o diálogo que o cineasta Jim Jarmusch criou para os atores Alfred Molina e Steven Coogan.<sup>21</sup>

A política pode ser um acontecimento que enceta e que desfaz família realimentando-se dessa fabricação para formar agrupamentos políticos. Assim como a violência, nos municípios onde faço pesquisa, a política sempre foi constituinte de parentesco. Não há propriamente parentesco dado, o parentesco não se inscreve no sangue de uma vez para sempre, mas o *sangue* é suporte cognitivo para as relações serem costuradas, o que não é desprezível; ao contrario, é fundamental. A história da política municipal é capaz de efetuar os cortes, fazer as colagens, despregar outra vez o que estava pregado, desde as longas cadeias contínuas e pré-formais da genealogia. A genealogia, por sua vez, traz inscrita em si essa possibilidade, uma vez que é formada pela filiação cognática, pela aliança, pelo parentesco chamado ritual e pelo de contágio. Teia que se espria em todas as direções, é em tudo semelhante aos laços políticos, às ligações dos bandos pela violência, à colagem mnemônica dos clados de parentesco. É o rizoma, sem contornos, anéis quebrados e capazes de entrar uns nos outros, de fazer conexões por todos os lados, presente em pleno coração da árvore (Deleuze & Guattari, 1980, pp. 13, 14 ss).<sup>22</sup> As inúmeras ligações decorrentes dos casamentos, da filiação indiferenciada, e das adesões a um ou outro sobrenome segundo as inclinações dos cônjuges e de seus filhos, são as próprias condições de possibilidade para os cortes, recortes e ligações das pontas quebradas das linhas ge-

nealógicas. Os grupos de parentesco não são, por conseguinte, grupos corporados, ou seja, isolados a englobar a totalidade das pertenças de seus indivíduos. São, antes, para aproveitar a formulação de Favret em seu trabalho no Magreb, “feixes de relações específicas e condicionais” (Favret, 1968, p. 26).

Entre meus colaboradores locais de pesquisa, o parentesco, a *família*, a genealogia precisam ser inscritas e reinscritas sobre alguma superfície. Elas não existem em si mesmas. Melhor ainda, elas não têm funcionamento autônomo. Porque são feitas de tinta que se apaga com o tempo e só se atualiza no cotidiano. Todos são capazes, se instados, de reconhecer e mudar de opinião acerca de quem é e de quem não é seu parente. Para que um indivíduo ou uma coletividade seja capaz de aderir a esta idéia, é preciso que ela seja inserida no domínio do ordinário, dos fluxos de convivência, da ação, dos enunciados, enfim. É preciso que a genealogia, dita ou escrita, seja tornada um ato de palavra. Para usar a terminologia da teoria etnográfica da linguagem de Malinowski (1978, v. 2, pp. 6-8), é preciso que ela seja pragmática, que ela faça coisas. E é por isso que é, de fato, necessário falar, com Zonabend (1979; 2000), de “guardiães da genealogia”. Todavia, estes não são apenas os especialistas que “falam família”, como ela diz acerca de seu objeto empírico na zona rural da França. São também os que agem família ou que fazem da fala uma ação e transpõem a ação para a fala.

A idéia de intransitividade eleitoral, quer dizer, que líderes políticos de certas instâncias (comunitários, sindicalistas, étnicos) têm dificuldade de transformar sua representatividade em votos, foi já suficientemente tratada pelos antropólogos da política. Também se notou que a transferência de votos é problemática, mesmo quando se trata de pais para filhos. Observou-se mesmo que as famílias rurais ou urbanas nem sempre justapõem as suas relações familiares às suas escolhas eleitorais. Mas es-

queceu-se com frequência de enfrentar o problema seguinte: o da fabricação da família em termos políticos em geral e em termos especificamente político-eleitorais.<sup>23</sup>

Esse último enunciado implica em reconhecer que a construção do passado, conforme lembrou Toren (1988, p. 696, 712 ss), arrasta consigo a construção do presente, dada a alta mutabilidade da tradição, que no Vale é *sistema*, conforme referiu Godói (1998), para outra circunscrição territorial de pesquisa. Ou seja, agir segundo os modos do lugar, não havendo, portanto, distinção entre tradição e história processual.

Pois as construções dos grupos e do passado são essenciais para a existência material e não material dos habitantes. Porque situar-se numa família é contar com sua solidariedade, compartilhar suas virtudes, seus créditos, mas também seus vícios e suas dívidas, seu *prestígio* – essa categoria de que meus colaboradores locais lançam mão com tanta recorrência e que é um dos componentes de o que cada indivíduo é, do que ele é capaz de obter, do que lhe é possível, ou ao que lhe é desaconselhável, performar. E, no Vale, os olhos dos demais olham e ao mesmo tempo produzem a imagem que cada um faz de si segundo as relações de família de cada um. Relações de família que, de acordo com o que vimos, não são fixas nem dadas. São fabricadas, por um lado, e alvo de disputa e interpretação, por outro. Ainda mais próximo, embora mais distante, do meu caso de pesquisa é o que diz Toren (1996, p. 4; 1999, p. 266) acerca de Fiji: “uma criança fijiana deve viver o parentesco como o próprio meio de existência. Esta criança (...) torna-se o que ela é em relações recíprocas entre parentes”. Trata-se, para os fijianos de Toren, de um processo ontogenético que envolve a constituição do parentesco. Se me fosse necessária uma imagem distante e exótica, diria que a família no Vale é como a pessoa Melanésia, mas também como a pessoa Kerala, tomando-se as distinções estabelecidas por Busby (1997, p. 264 e 273). Ela é um microcosmo de relações que exige performances es-

peciais para se atualizar e manter; mas é também um todo interno pré-existente a qualquer relação.

A disputa, a fabricação e a interpretação são forças capazes de compor e decompor família e, por consequência, agrupamentos políticos. As pessoas, ao menos para alguns casos em Jordânia, são capazes de “virar Santana” ou de virar os seus opositores políticos, segundo os próprios termos de uma jordanense cujos primos tiveram extirpados de seus nomes o sobrenome Santana por conta mesmo de disputas políticas. Neste caso, as mulheres receberam como sobrenome o nome da mãe e os homens, o do pai.

Ainda a esse respeito vejamos apenas um caso, dentre todos que a etnografia e a documentação me mostraram ao longo de dez anos de pesquisa. O ex-prefeito de Jordânia, Inácio Santana, já em seu segundo mandato, há poucos anos, deveria “fazer seu sucessor”. O candidato da *família* à prefeitura era prestigiado no município. Queria fazer seu deputado federal, estadual, seu próprio vice. Inácio tornou-se alvo de ataques de seus próprios aliados, de seus parentes e do eleitorado em geral que o acusavam de má gestão e corrupção a céu aberto. Agravaram-se as tensões quando Inácio insinuou a nomeação de um vice para a chapa do candidato a prefeito, seu primo. E, dois anos após, a aliança acabou de ruir quando aquele tentou inserir seu próprio candidato a deputado federal em Jordânia. Pano rápido: o ex-prefeito foi excluído do processo eleitoral pelos atuais e pelos futuros parentes. Futuros, porque sua mulher “se assina” com o sobrenome do marido (Santana), que adquiriu por casamento, mas também com o sobrenome que herdou por filiação (Gouveia). Caso muito comum, conforme já sublinhei, no Sertão. Havia durante muitos anos aderido ao sobrenome do marido, o mesmo que disputava com êxito a liderança em Jordânia já há algumas eleições.

Situação e oposição colocam-no na geladeira. Durante um lapso de algumas semanas, o prefeito não pertencia a uma *política*, assim como

não pertencia a uma *família*. Era uma espécie de semi-vivo. Jamais tinha visto uma tal cena: a poucos dias das eleições um prefeito perambulando sozinho e abandonado pelas ruas da cidade. Não era convidado para os palanques, nem da situação, nem da oposição. Passado um ano, o prefeito está no espaço exterior de seus antigos laços de parentesco e de suas alianças políticas anteriores. Agora é parente dos parentes de sua esposa, ligados que são aos opositores de seus antigos primos. Mesmo que não precise “se assinar” com este novo sobrenome.

Os coletivos dos municípios circunscritos em minha pesquisa, mas sobretudo os de Jordânia, entendem-se constantemente como formações de parentesco, como *famílias*, a despeito da amplitude que elas venham a ter, da polissemia deste termo, da condição precária e impermanente de existência de tais agrupamentos. Mas as famílias comportam-se antes como “microgrupos de base familiar” (Villela, 2005) que formam ligações “rizomáticas” (Deleuze & Guattari, 1980), não como facções exclusivistas. Uma tal abordagem oblitera, portanto, um certo vocabulário nativo das ciências sociais acerca das relações políticas no Brasil.

Esse trabalho vale para o município de Jordânia, mas não será difícil estender essa reflexão para outros lugares, guardando-se sempre as suas especificidades. Sua reflexões não são exclusivas para lugares considerados distantes, para populações consideradas mal informadas. Poderão servir para países que são os fundadores da democracia representativa. Ao contrário do que se supõe geralmente, os que colaboram para a feitura de minhas pesquisas são brilhantes operadores deste regime político. Porque eles conhecem bem o seu funcionamento por conta de sua longa convivência com ele.

Ao ser feita essa operação já não se falará de nepotismo a não ser como se fala, descuidadamente que o sol desceu atrás das nuvens. Será possível um ajuste na compreensão de certas práticas e de outras palavras, muito próximas de nós sem que nos dobremos aos sentidos hegemôni-



cos que nelas costumam ser colados pelos nossos atavismos nocionais. Mas, e esse é dos mais frutuosos resultados da etnografia, será possível desfazer a solidez de certos objetos e mostrar as forças-fortes que fazem os sólidos. É possível, por conseguinte, verificar que sem tal solidez talvez seja mais complicado procurar em sua essência esses centros de poder. Será possível reconhecê-los como solidificações ou tensões de solidificações, do mesmo modo que as famílias no Sertão de Pernambuco são estabilizações atualizadas de um conjunto heterogêneo e dificilmente delimitável de componentes.

## Notas

- <sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos. Esse artigo se inscreve no âmbito do projeto “Memória: política, violência e família”, financiado pela Fapesp. Uma primeira versão deste texto foi apresentada na I REA. Uma segunda, nas *Quartas Indomáveis*, evento mensal do PPGAS/UFSCar. A todos os participantes agradeço as críticas e os comentários. Agradeço as leituras e os comentários feitos por Ana Cláudia Marques, Karina Biondi, Luiz H. de Toledo, Piero Leirner e Uirá Garcia. Os equívocos e imprecisões são, no entanto, de minha responsabilidade. Agradeço ainda a Otávio Velho, cuja leitura e sugestões deram mais equilíbrio a este artigo. Não tenho, contudo, a certeza de tê-las seguido competentemente. Agradeço sobretudo aos meus colaboradores locais de pesquisa, meus amigos e amigas sertanejas, que me toleram há dez anos entre eles.
- <sup>2</sup> População de ca. 27 mil habitantes (2007). Colégio eleitoral de ca. 20 mil eleitores (2008). Área: ca. 3,5 mil km<sup>2</sup>. A arrecadação excede em 1/3 seu os gastos públicos (2006). A imprecisão dos dados relaciona-se à invenção dos nomes para os municípios.
- <sup>3</sup> Todas as palavras em itálico são termos ou categorias nativas, salvo pelos casos de palavras em língua estrangeira. As expressões entre aspas, exceto para os trechos de citações de outros autores e aquelas em que explicitamente faço referência à mi-

nha terminologia (vide supra, I) são expressões usadas pelas pessoas entre as quais faço pesquisa.

- <sup>4</sup> A esse respeito ver Foucault (1975, 1976, 1977, 1981); Deleuze e Guattari (1980). Ver também o recente trabalho de Veyne (2008) que insiste na rejeição de Foucault pelos universais, pela totalidade, pela transcendência e pelo transcendental.
- <sup>5</sup> É também Foucault (1994, p. 184) quem aponta Clastres com a expectativa de quem espera ver em sua obra uma exceção à regra do juralismo em antropologia. Para uma crítica interna da antropologia acerca do ponto de vista juralista, ver Leach (1971, pp. 9-10) ou, mais modesta e recentemente, Saltman (1985).
- <sup>6</sup> Para um primeiro exemplo da paternidade da figura do coronel como o signo último do arcaísmo da política brasileira e como o seu mais grave problema, ver Torres (1982), constituindo uma crítica contemporânea à Primeira República. A esse respeito ver também Fortunato (2000). E também os clássicos Leal (1949) e Pereira de Queiroz (1976). Para uma síntese das abordagens do coronelismo, ver Carvalho (1997) e também Avelino Filho (1994).
- <sup>7</sup> Para uma síntese do problema, ver Corrêa (1994)
- <sup>8</sup> Há 63 anos Lévi-Strauss publicava um artigo cuja penúltima página punha em questão precisamente o estatuto natural do parentesco humano, pois, dizia ele, “um sistema de parentesco não consiste nos laços objetivos de filiação ou de consangüinidade dados entre indivíduos [...] é um sistema arbitrário de representações, não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato” (Lévi-Strauss, 1958, p. 61). Além disso, desde há cerca de 20 anos novas formas de lidar com a família e com o parentesco tornaram-se comuns em antropologia e nas atividades que a cercam de perto (e.g. Strathern, 1992; Haraway, 1997; Carsten, 2001 e 2004).
- <sup>9</sup> Núcleo de Antropologia da Política. Pronex coordenado por Moacir Palmeira que agregou inúmeras pesquisas individuais, muitas delas publicadas na coleção “Antropologia da Política” (Rio de Janeiro, Relume Dumará). Alguns dos títulos aparecerão citados ao longo deste trabalho.
- <sup>10</sup> Para uma exposição muito recente das controvérsias no interior dos estudos de parentesco em torno do problema da psicologia evolutiva e do anti-evolucionismo neodarwinista, ver Parkin (2009). A esse respeito, mas com outros objetivos, ver Latour (2005, p. 90 e passim). Em virtude da abundância dos trabalhos que mantiveram em mente as relações dinâmicas e recíprocas entre política e família no

Brasil (Cañedo, 1998; Carvalho, 1966; o estudo clássico de Costa Pinto, 1943; Heredia, 1996; Marques, 2002a; 2003, 2006; Marques *et al.*, 2007; Palmeira, 1997; Lanna 1996) e dos limites que estabeleci para este texto, limitar-me-ei a expor aqui como estas se expressam e funcionam no Vale do Pajeú. Entre eles há, por certo, uma enorme variação de abordagens e apenas o tema das pesquisas os aproxima.

- <sup>11</sup> O sentido nativo que se empresta à palavra *casa* é em tudo acoplável à definição de Lévi-Strauss (1979; também Carsten & Hugh-Jones, 1995). Ela é, em certos casos, o último avatar da segmentação, uma unidade. Ela assemelha-se também à noção de *ménage*, tal como a apresenta Ségalen (1980), mas que aparece ainda em Bourdieu (1962). Ela une um princípio territorial a uma de descendência, a uma de aliança. Ela carrega um nome e métodos próprios e visíveis de separação dos segmentos superiores. Faz parte integrante de uma sociedade de descendência indiferenciada. Ela é o núcleo das mais sólidas ligações de solidariedade, cuja transgressão é negativamente valorizada. Pela *casa* a que pertence, um membro pode ser distinguido de outras pessoas que lhes são aparentados. Ele recebe as suas características emprestadas da *casa*. O problema da segmentação, ainda obscuro neste texto, será tratado a seguir. Para uma exposição panorâmica de outros contextos europeus, ver Augustins (1989).
- <sup>12</sup> A noção de “estoque filiativo” é tomada de empréstimo aqui a Deleuze e Guattari (1972, p. 171 ss). O sentido que imprimo aqui a ela é muito semelhante ao dos autores: a filiação como contínuo não individuado que é cortado, segmentado, codificado pelas relações de aliança. Aliança aparece em Deleuze e Guattari (ao menos em 1972) como um princípio de individuação. Aqui, a noção de estoque filiativo aproxima-se também da noção de “filiação intensiva” (*ibid.*, p. 183), ou seja, uma espécie de contínuo pré-formal, de onde todas as alianças podem ser retiradas e de onde os segmentos filiativos são extraídos.
- <sup>13</sup> O sertão de Pernambuco tem a sua versão do *Burke's Peerage and Gentry* que se chama Genealogia Pernambucana (<http://www.araujo.eti.br/araujo2.asp>).
- <sup>14</sup> Descrições mais pormenorizadas e reflexões mais prolongadas acerca da segmentaridade no sertão de Pernambuco aparecem em Villela (2004, 2008) e Marques (2002a, 2003).
- <sup>15</sup> Os processos de segmentação não param neste nível. Eles acompanham as formações das *casas* nas escolhas da residência pós-matrimonial e, portanto, estão pre-

sentes nos modos de sucessão do patrimônio imóvel. No que toca ao patrimônio móvel, os animais, a segmentação é expressa pelos *sinais* recortados com tesoura ou faca nas orelhas dos bodes e pelos *ferros* dos bovinos. Muito rapidamente, quanto às orelhas dos bodes – embora a variação local seja grande e haja quem, num município ou outro, também fizesse as assinaturas nas orelhas dos bovinos: no caso da Imbuzeiro, a orelha direita é reservada ao *sinai* da fazenda: *cruz*, que não é exatamente uma cruz. A esquerda é dividida em duas metades. Na superior, recorta-se o *sinai* da *casa* do pai, digamos que fosse um *coice de porta*. A metade inferior era reservada ao herdeiro que recebia sua parte da herança móvel na época da primeira assinatura, quando dos filhotes ainda pequenos, o tempo propício, seco, para evitar-se doenças nas feridas. Assim, cada filho herdava não apenas os animais, mas também a assinatura inédita que fora criada para ele e que deverá passar para as suas próprias *casas* e para as dos seus filhos, no futuro, quando tiverem de inventar sobre a combinação de nove diferentes *sinais*, uma assinatura inédita para cada um deles. A esse respeito ver ainda Villela (2005), mas também, com direito a desenhos dos *sinais*, embora com alguns nomes diferentes e com menor variedade de *sinais* existentes no Sertão de Pernambuco, Barroso (1956, pp. 185-191).

<sup>16</sup> A esse respeito ver, também, Comerford (2003); Marques (2002a) e Villela (2005).

<sup>17</sup> Assim como *família*, também *política*, para as pessoas entre as quais faço pesquisa, como de resto entre nós, recebe muitos sentidos. Os mais empregados e os mais relevantes – mesmo para os tantos que a ignoram, a desprezam, a ridicularizam e a rejeitam – são os concernentes ao que é eleitoral e, em menor grau e em menor extensão, ao que é partidário.

<sup>18</sup> Primos cujo pai ou a mãe são irmão. Distingue-se de “primos carnais” relação que supõe a *irmandade* entre pais e mães dos primos.

<sup>19</sup> Neste sentido o parentesco no Vale exhibe um aspecto semelhante ao autopoietico referido por Gow (1997, p. 43), dispensável dizer, certamente a um universo etnográfico absolutamente diferente do meu.

<sup>20</sup> Guerreiras porque, conforme foi analisado e descrito em outros lugares, os agrupamentos onde faço pesquisa constituem o que em antropologia se convencionou chamar, e uso a expressão apenas por economia de discurso, de *feuding societies* (Marques, 2003; Villela, 2005).

- <sup>21</sup> “Cousins?” em *Coffee and Cigarettes*, de Jim Jarmusch (2003). Molina descobre por pesquisas genealógicas, seu *hobbie*, que é um primo distante de Coogan. Mas Coogan rejeita a relação até que um acontecimento o faz desejá-la. Mas este mesmo acontecimento afasta Molina. Um mesmo acontecimento que produz e desfaz uma mesma cadeia virtual da árvore genealógica. Essa relação virtual/atual da genealogia poderia talvez ser pensada na mesma chave do que Tarde chama de “teoria dos abortos” no que toca à oposição entre possível e real, sendo este tão real quanto aquele, embora não o esgote (Tarde, 2007, p. 199).
- <sup>22</sup> Para uma abordagem antropológica da árvore no ocidente como método de exposição do parentesco (a árvore invertida que cresce pela copa) e suas relações com a idéia de progresso, ver Ingold (2007, p. 105 e *passim*).
- <sup>23</sup> Esses temas podem ser vistos em Goldman (2006), Villela (2004b), Villela & Marques (2006). Sobre o último aspecto Marques (2002a) já o havia sugerido acerca do mesmo objeto empírico.

## Bibliografia

ABELÈS, Marc

2001 *Un Ethnologue à la Assemblée*, Paris, Odile Jacob.

2002 “Avoir Du Pouvoir Politique”, in SEGALEN, Martine (org.), *Jeux de Familles*, Paris, CNRS.

AUGUSTINS, Georges

1989 *Comment se Perpétuer. Devenir des lignées et des destines des patrimoines dans les paysanneries européennes*, Paris, Société de Sociologie.

AVELINO FILHO, George

1994 “Clientelismo e Política no Brasil. Revisitando velhos problemas”, *Novos Estudos Cebrap*, vol. 38, mar.

BARNES, J. A.

1967 “Genealogies”, in EPSTEIN, A. L. (org.), *The Craft of Social Anthropology*, Londres, Tavistock.

JORGE MATTAR VILLELA. FAMÍLIA COMO GRUPO?...

BARROSO, Gustavo

1956 *Terra do Sol. Natureza e Costumes do Norte*, Rio de Janeiro, São José.

BENSA, Alban

2003 “L’Exclu de la Famille. La parente selon Pierre Bourdieu”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, vol. 150.

BOUQUET, Mary

2001 “Making Kinship, with an old reproductive technology”, in FRANKLIN, S.; MCKINNON, S. (orgs.), *Relative Values. Reconfiguring kinship studies*, Durham, Duke University Press.

BOURDIEU, Pierre

1962 “Celibat et Condition Paysanne”, *Études Rurales*, vol. 5-6.

1963 “La Société Traditionnelle. Attitude à l’égard du temps et conduite économique”, *Sociologie du Travail*, vol. 1.

1972 *Esquisse d’une Théorie de la Pratique*, Genebra, Droz.

BRIQUET, J.-L.

1997 *La Tradition en Mouvement. Clientélism et Politique en Corse*, Paris, Belin.

BUSBY, Cecilia

1997 “Permeable and Partible Persons: a comparative analysis of gender and body in south India and Melanesia”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 3 (n.s.).

CANEDO, Letícia B.

1998 “La Production Généalogique – et les modes de transmission d’un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien”, *Genèses*, vol. 31.

CARRIER, James G.

1995 “Maussian Occidentalism: Gift and Commodity Systems”, in CARRIER, James G. (org.), *Occidentalism: images of the West*, Oxford, Clarenton Press.

CARSTEN, Janet

- 2001 “Substantivismo, Antisubstantivism, and Anti-Substantivism”, in FRANKLIN, S.; MCKINNON, S. (orgs.), *Relative Values. Reconfiguring kinship studies*, Durham, Duke University Press.
- 2004 *After kinship*, Cambridge, Cambridge University Press.

CARSTEN, J. E.; HUGH-JONES, S.

- 1995 *About the House: Lévi-Strauss and beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.

CARVALHO, José Murilo de

- 1966 “Barbacena: a família, a política e uma hipótese”, *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, vol. 20.
- 1997 “Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual”, *Dados*, vol. 40(2).

CLASTRES, Pierre

- 2003 *A Sociedade Contra o Estado. Pesquisas de antropologia política*, São Paulo, Cosac Naify.

COMERFORD, John

- 2003 *Como uma Família*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.

CORRÊA, Mariza

- 1994 “Repensando a Família Patriarcal no Brasil”, in ARANTES, Antonio A. et al. (orgs.), *Colcha de Retalhos. Estudos sobre a família no Brasil*, Campinas, Ed. Unicamp.

COSTA PINTO, L. A.

- 1943 “Lutas de Famílias no Brasil (Era Colonial)”, *Revista do Arquivo Municipal*, vol. 88.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix

- 1972 *L'Anti Œdipe. Capitalisme et Schizophrénie*, Paris, Minuit.
- 1980 *Mille Plateaux. Capitalisme et schizophrénie 2*, Paris, Minuit.

JORGE MATTAR VILLELA. FAMÍLIA COMO GRUPO?...

DONZELOT, Jacques

1986 *A política das Famílias*, Rio de Janeiro, Graal.

EVANS-PRITCHARD, E. E.

1973[1955] *The Sanusi of Sirenaica*, Oxford, Clarenton Press.

1978[1940] *Os Nuer*, São Paulo, Perspectiva.

FABIAN, Johannes

1983 *Time and the Other. How anthropology makes its object*, Nova Iorque, Columbia University Press.

FRANKLIN, Sarah

2001 “Biologization Revisited: kinship theory in the context of the new technologies”, in FRANKLIN, S.; MCKINNON, S. (orgs.), *Relative Values. Reconfiguring kinship studies*, Durham, Duke University Press.

FAVRET, Jeanne

1968 “Relations de Dépendence et Manipulation de La Violence en Kabylie”, *L'Homme*, vol. 8(4).

FORTUNATO, Maria L.

2000 *O Coronelismo e a Imagem do Coronel: de símbolo a simulacro do poder local*. Tese (Doutorado), Departamento de História, IFCH-Unicamp.

FOUCAULT, Michel

1975 *Suveiller et Punir. Naissance de la Prison*, Paris, Gallimard.

1976 *Il Fault Défendre la Société. Cours au Collège de France*, Paris, Gallimard.

1994[1977] “L’oeil du Pouvoir”, in DÉFERT, Daniel; EWALD, François (orgs.), *Dits et Écrits III*, Paris, Gallimard.

1994[1981] “Les Mailles du Pouvoir”, in DÉFERT, Daniel; EWALD, François (orgs.), *Dits et Écrits IV*, Paris, Gallimard.

GODÓI, Emilia P.

1998 “O Sistema do Lugar: história, território e memória no sertão”, in NIEMAYER, Ana. M.; GODÓI, Emilia P de, *Além dos Territórios*, Campinas, Mercado de Letras.



GOLDMAN, Marcio

2006 *Como Funciona a Democracia. Uma teoria etnográfica da política*, Rio de Janeiro, Sete Letras.

GOW, Peter

1997 “O Parentesco como Consciência Humana: o caso dos Piro”, *Mana*, vol. 3(2).

HARAWAY, Donna

1997 *Modest\_Witness@Second\_Millennium.FemaleManã\_Meets\_OncoMouse™*, Nova Iorque, Routledge.

HEREDIA, Beatriz

1996 “Política, Família, Comunidade”, in PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.

HERZFELD, Michael

1985 *The Poetics of Manhood. Contest and Identity in a Cretan Mountain Village*, Princeton, Princeton University Press.

1992 *The Social Production of Indifference. Exploring the symbolic roots of Western Bureaucracy*, Chicago, Chicago University Press.

INGOLD, Tim

2007 *Lines. A Brief Theory*, Londres, Routledge.

IRVINE, Judith

1978 “When Genealogy is History? Wolof Genealogies in Comparative Perspective”, *American Ethnologist*, vol. 5(4).

JULLIAN, François

2008a “Universels, les Droits de l’Homme?”, *Le Monde Diplomatique*, fev.

2008b *De l’Universel, de l’Uniforme, du Commun et du Dialogue entre les Cultures*, Paris, Fayard.

KUPER, Adam

1988 *The Invention of Primitive Society: transformations of an illusion*, Nova Iorque, Routledge.

JORGE MATTAR VILLELA. FAMÍLIA COMO GRUPO?...

LANNA, Marcos

- 1996 *A Dívida Divina. Troca e Patronagem no Nordeste Brasileiro*, Campinas, Ed. Unicamp.

LATOURE, Bruno

- 2000[1991] *Jamais fomos modernos*, São Paulo, Ed. 34.  
2005 *Reassembling the Social. An introduction to actor-network-theory*, Nova Iorque, Oxford.

LEACH, Edmond

- 1971[1961] *Pul Eliya. A village in Ceylon*, Cambridge, University of Cambridge Press.

LEAL, Vítor Nunes

- 1997[1949] *Coronelismo, Enxada e Voto. O município e o regime representativo no Brasil*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

LÉVI-STRAUSS, Claude

- 1958[1945] “L’Analyse Structurale e Linguistique en Anthropologie”, in *Anthropologie structurale*, Paris, Plon.  
1979 *La Voie des Masques*, Paris, Plon.

LIENHARDT, Godfrey

- 1958 “The Western Dinka”, in MIDLETON, J.; TAIT, D., *Tribes Without Rulers. Studies in African Segmentary Systems*, Londres, Routledge and Kegan.

MALINOWSKI, Bronislaw

- 1978[1935] *Coral Gardens and their Magic*, Nova Iorque, Dover.

MARQUES, Ana Claudia

- 2002 *Intrigas e Questões. Vingança de Família e tramas sociais no Sertão de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.  
2003 “Política e Questão de Família”, *Revista de Antropologia*, vol. 45(2).  
2006 “Sobre Lutas de Famílias e suas Tramas”, in PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, Cesar (orgs.), *Política no Brasil: visões de antropólogos*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.

- MARQUES, A. C.; COMERFORD, J.; CHAVES, C. A.  
2007 “Traições, Intrigas, Fofocas, Vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito”, in MARQUES, Ana Claudia (org.), *Conflitos, Políticas e Relações Pessoais*, Campinas, Pontes.
- NATHAN, Tobie.  
2001 *Nous ne Sommes pas Seules au Monde. Les enjeux de l'ethnopsychiatrie*, Paris, Les Empêcheurs de Penser en Rond.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco  
1987 *Instituições Políticas Brasileiras*, São Paulo, Edusp, 2 vol.
- PALMEIRA, Moacir  
1992 “Voto: racionalidade ou significado?”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, ano 7.  
1996 “Política, Facções e Voto”, in PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Marcio (orgs.), *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.  
1997 “Política Ambígua”, in BIRMAN, P.; NOVAES, R.; CRESPO, S. (orgs.), *O Mal à Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. UERJ.
- PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M.  
1992 “Apresentação”, in *Antropologia, Voto e Representação Política*, Rio de Janeiro, Contra Capa.
- PARKIN, Robert  
2009 “What Shapiro and McKinnon are all about, and why kinship still needs anthropologists”, *Social Anthropology*, vol. 17(2).
- PETERS, Emrys  
1978 “Local History in two Arab Communities”, *Bulletin (British Society for Middle Eastern Studies)*, vol. 4(2).
- QUEIROZ, M. I. Pereira de  
1976 *Mandonismo Local na Vida Política Brasileira e Outros Ensaios*, São Paulo, Alfa Ômega.

JORGE MATTAR VILLELA. FAMÍLIA COMO GRUPO?...

SALTMAN, Michael

- 1985 “ ‘The Law is an ass’: an anthropological appraisal”, in OVERING, Joanna (org.), *Reason and Morality*, Londres, Tavistock.

SEGALEN, Martine

- 1980 *Mari et Femme dans La Société Paysanne*, Paris, Flammarion.

SCHNEIDER, David

- 1980[1968] *American Kinship. A cultural account*, Chicago, Chicago University Press.  
1984 *A Critique of the Study of Kinship*, University of Michigan Press.  
2007[1972] “What Kinship is All About?”, in PARKIN, R.; STONE, L. (orgs.), *Kinship and Family. An anthropological reader*, Oxford, Blackwell.

STRATHERN, Marilyn

- 1991 *Partial Connections*, Savage, Rowan & Littlefield.

TARDE, Gabriel

- 2007[1910] “Os Possíveis”, in VARGAS, E. E. (org.), *Monadologia e Sociologia*, São Paulo, Cosac Naify.

TOREN, Christina

- 1988 “Making the Present, Revealing the Past: the mutability and continuity of tradition as process”, *Man (N.S.)*, vol. 23(4).  
1996 “Compassion for Another: constituting kinship as intentionality in Fiji”, *The Malinoski Memorial Lecture* (mimeo).  
1999 “Compassion for Another: constituting kinship as intentionality in Fiji”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 5(2).

TORRES, Alberto

- 1982 *O Problema Nacional Brasileiro: introdução a um programa de organização nacional*, Brasília, Universidade de Brasília.

VERNANT, Jean-Pierre

- 1989 *L'Individu, la Mort, l'Amour*, Paris, Gallimard.

VEYNE, Paul

1984 “Os Gregos Conheceram a Democracia?”, *Diógenes*, vol. 6.

2008 *Foucault. Sa vie, sa pensée*, Paris, Albin Michel.

VILLELA, Jorge Mattar

2005 *O Povo em Armas. Violência e Política no Sertão de Pernambuco*, Rio de Janeiro, Relume Dumará.

2004 “O Dinheiro e suas Diversas Faces nas Eleições Municipais em Pernambuco”, *Mana*, vol. 11(1).

2008 *Política e Eleições no Sertão de Pernambuco. O povo em armas*, Campinas, Pontes.

VILLELA, J. M.; MARQUES, A. C.

2006 “Municipal Elections: favor, vote and credit in the pernambucan Sertão of Brazil”, *Latin Americanist*, vol 49(2).

YANAGISAKO, Silvia J.

1979 “Family and Household: the analysis of domestic groups”, *Annual Review of Anthropology*, vol. 8.

ZONABEND, François,

1979 “Jeux de Noms. Les noms de personne à Minot”, *Études Rurales*, vol. 74.

2000 “Les Maîtres de Parenté. Une femme de mémoire en Basse-Normandie”, *L'Homme*, vol. 154-155.

ABSTRACT: I propose in this article to think about a very specific problem: how, in a municipality in Pernambuco Backlands, certain collectives make and break family, make and break political groupings. I tried also to inspect how long a certain number of people can raise certain concepts, emotions, memories and objects to themselves and others, aiming to build family and politics.

KEY-WORDS: politics, elections, family, nepotism, Pernambuco, Sertão.

Recebido em novembro de 2008. Aceito em maio de 2009.